



# CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## ANÁLISE TÉCNICA

Processo 169/2026

Análise técnica realizada sobre sobre o **Processo CMF nº 169/2026** da Câmara Municipal de Fundão, que detalha a folha de pagamento dos servidores estatutários (RPPS) referente a competência do mês de março de 2026.

### 1. CONTEXTO E OBJETO DA ANÁLISE

O processo foi instaurado a partir de um requerimento formal do Setor de Recursos Humanos, sob a responsabilidade da servidora Eliana Januário de Paula da Vitória. O objetivo central é assegurar o pagamento de vencimentos e vantagens fixas do quadro de servidores efetivos, em estrita observância às Leis Municipais nº 684/2010, 699/2010 e 804/1993.

A solicitação não se restringe apenas aos salários base, mas integra benefícios específicos como o auxílio-transporte, fundamentado na Resolução CMF nº 001/2015, e o auxílio-doença destinado à servidora Ana Lucia da Conceição, conforme as diretrizes da Emenda Constitucional nº 103/2019.

### 2. COMPOSIÇÃO FINANCEIRA E RETENÇÕES

A estrutura financeira da folha de março apresenta um valor bruto de vencimentos de **R\$ 55.394,78**. Após o processamento das obrigações e benefícios, o cenário consolidado revelou:

- **Benefícios Adicionais:** Foram destinados **R\$ 1.956,21** para o auxílio-transporte e **R\$ 1.895,85** para o auxílio-doença.
- **Obrigação Patronal:** O repasse ao Instituto de Previdência (IPRESF), calculado sobre a alíquota de 22%, totalizou **R\$ 9.111,85**.
- **Retenções na Fonte:** O montante referente ao Imposto de Renda (IRRF) foi de **R\$ 6.511,07**, enquanto os descontos de empréstimos consignados junto ao BANESTES somaram **R\$ 3.697,88**.
- **Valor Líquido:** O crédito final direcionado às contas dos servidores totalizou **R\$ 43.164,50**.



# CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## 3. CONFORMIDADE ORÇAMENTÁRIA E FLUXO DE CONTROLE

A execução da despesa seguiu rigorosamente os ritos de controle administrativo e a segregação de funções. O Setor Contábil atestou que os pagamentos possuem respaldo na dotação orçamentária da **Lei Municipal nº 1.612/2025 (LOA 2026)**.

O fluxo operacional envolveu o Gabinete da Presidência, que autorizou o empenho e os pagamentos após a validação dos cálculos pelo RH e pela Contabilidade. O processo culminou na emissão das respectivas Ordens de Pagamento (OPs de nº 119/2026 a 130/2026), cobrindo tanto a folha salarial quanto as obrigações previdenciárias e tributárias.

## 4. CONCLUSÃO

A auditoria dos autos confirma a **regularidade formal e financeira** de toda a instrução processual. Com a comprovação dos depósitos bancários e o processamento das guias de recolhimento, o processo atingiu sua finalidade, sendo oficialmente **concluído e arquivado** em 24 de abril de 2026.

Fundão (ES), 12 de maio de 2026.

**AUREVAN MARASTONI ALVARENGA**  
Controlador Geral  
Portaria nº 111/2016